



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680409 - SP (2021/0220568-6)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : SERGIO RODRIGUES SALES  
**ADVOGADO** : SERGIO RODRIGUES SALES - SP269462  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : KARISA OLIVEIRA SANTANA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KARISA OLIVEIRA SANTANA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2113612-47.2021.8.26.0000).

A paciente respondeu ao processo em liberdade e, posteriormente, foi condenada às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial semiaberto e de 500 dias-multa por infração ao art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que a paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal decorrente da negativa de expedição de guia de execução, mesmo que provisória, para que possa postular por sua liberdade, pois o Juízo responsável decidiu que a guia somente seria expedida quando a paciente fosse presa.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja determinado que a Vara de Execuções expeça a Guia de Execução Provisória e, ao final, a definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente